



VIEIRA DE ALMEIDA
& Associados Sociedade de Advogados, RL

FLASH

23 de Setembro a 6 de Outubro de 2009

I N F O R M A T I V O

DIREITO COMUNITÁRIO, CONCORRÊNCIA E PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Legislação

DIRECTIVA 2009/109/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, relativa aos requisitos em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões ou de cisões

Foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia, no passado dia 16 de Setembro de 2009, a Directiva 2009/109/CE (doravante “Directiva”), que altera as Directivas 77/91/CEE, 78/855/CEE e 82/891/CEE do Conselho e a Directiva 2005/56/CE, na parte relativa aos requisitos em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões ou de cisões.

Esta Directiva atribui a opção, aos Estados-Membros, de dispensar as sociedades anónimas do cumprimento dos requisitos pormenorizados de informação relacionada com a fusão ou cisão de sociedades, desde que:

- | | |
|---|---|
| (i) Todos os accionistas da sociedade estejam de acordo em que o respeito desses requisitos possa ser dispensado; e | (ii) Não sejam prejudicados os sistemas de protecção dos interesses dos credores das sociedades visadas, nem as normas destinadas a garantir o fornecimento das informações necessárias ao pessoal das sociedades visadas e às autoridades públicas, encarregadas do controlo da fusão ou cisão nos termos do direito comunitário em vigor. |
|---|---|

Nestes termos, no caso de constituição de uma nova sociedade em virtude de uma fusão ou cisão, os Estados-Membros podem decidir estabelecer que a sociedade não é obrigada a elaborar um novo relatório de perito sobre entradas que não consistam em dinheiro, quando já tem que o fazer sobre o projecto de fusão ou de cisão.

No que respeita à elaboração do balanço contabilístico, no âmbito da fusão ou cisão, pode-se optar por não impor esta obrigação se o emitente cujos valores mobiliários são admitidos à negociação num mercado regulamentado publicar relatórios financeiros semestrais.

Ainda nesta linha, os sítios *Web* das sociedades ou outros sítios *Web* surgem como alternativa à publicação através de registos da sociedade.

Estas, entre outras medidas que convergem no mesmo sentido, foram aprovadas pelo Parlamento Europeu e o Conselho com o objectivo de reduzir os encargos administrativos que decorrem dos deveres de publicação e documentação a que estão sujeitas as sociedades anónimas na Comunidade.

A presente Directiva entrou em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação.



DIREITO COMUNITÁRIO, CONCORRÊNCIA E PROPRIEDADE INDUSTRIAL

DIRECTIVA 2009/102/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, relativa às sociedades de responsabilidade limitada com um único sócio

Foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia, no passado dia 16 de Setembro de 2009, a Directiva 2009/102/CE que vem estabelecer:

- | | |
|---|---|
| (i) Regras relativas às Sociedades Unipessoais por Quotas, a maioria das quais já consta dos artigos 270-A e seguintes do Código das Sociedades Comerciais; e | (ii) A possibilidade de os Estados-Membros estenderem a aplicação dessas regras às sociedades anónimas que tenham accionista único. |
|---|---|

A presente Directiva entrou em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação.

DIRECTIVA 2009/101/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, tendente a coordenar as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades

Foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia, no passado dia 16 de Setembro de 2009, a Directiva 2009/101/CE (doravante “Directiva”), que prevê para as sociedades anónimas de responsabilidade limitada, sociedades em comandita por acções e sociedades por quotas de responsabilidade limitada, a obrigação de publicitar determinados actos essenciais da sociedade e certas indicações a elas respeitantes, nomeadamente a identidade das pessoas que têm o poder de a vincular.

A referida obrigação de publicitação de determinados actos societários é já exigida pela lei portuguesa. No entanto, a Directiva traz uma novidade, que terá que ser transposta para a lei portuguesa. Para além de se exigir a publicação do acto de alteração dos estatutos das sociedades, exige-se agora, também, a publicação do texto integral do acto alterado, na sua redacção actualizada. Desta forma, qualquer sócio ou terceiro terá acesso livre aos estatutos actualizados das sociedades.

A presente Directiva entrou em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação.

Comissão aprova novo regulamento de isenção por categoria aplicável a acordos celebrados por consórcios de companhias de transportes marítimos regulares

No passado dia 28 de Setembro, a Comissão aprovou o Regulamento (CE) n.º 906/2009 relativo à aplicação do n.º 3 do artigo 81.º do Tratado a certas categorias de acordos, decisões e práticas concertadas entre companhias de transportes marítimos regulares (consórcios) (“Regulamento n.º 906/2009”) destinado a substituir o Regulamento (CE) n.º 823/2000 da Comissão de 19 de Abril cuja vigência terminará em 25 de Abril de 2010.

O Regulamento n.º 906/2009 determina que o artigo 81.º n.º 1 do Tratado não será aplicável a determinados tipos de acordos subjacentes a consórcios que assegurem serviços regulares de transporte marítimo internacional a partir de ou com destino a portos da Comunidade.

A isenção abrange os acordos que envolvam a exploração em comum de serviços de transporte marítimo regular, ajustamentos de capacidade para responder a flutuações da oferta e da procura ou a exploração ou utilização em comum de terminais portuários e serviços conexos. Além disso, as actividades acessórias a esses acordos, como o intercâmbio de dados e obrigações de exclusividade, estão também excluídas da aplicação do artigo 81.º n.º 1 do Tratado.

Todavia, quando o acordo tenha como objecto a fixação de preços de venda de serviços a terceiros, a limitação da capacidade ou das vendas (à excepção de ajustamentos de capacidade para responder a flutuações da oferta e da procura), ou a repartição de mercados ou clientes ficará excluído da isenção concedida ao abrigo do Regulamento n.º 906/2009.

O conteúdo integral do Regulamento pode ser consultado seguindo o link:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:256:0031:0034:PT:PDF>

Notícias

Inspecções surpresa no sector dos cimentos

Nos passados dias 22 e 23 de Setembro, agentes da Comissão Europeia promoveram inspecções surpresa nas instalações de diversas empresas do sector dos cimentos e produtos relacionados em Espanha, em conjunto com a autoridade da concorrência espanhola (*Comisión Nacional de la Competencia*).

A Comissão suspeita que as empresas em causa possam ter infringido as normas de defesa da concorrência previstas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE que proíbem acordos e práticas concertadas entre empresas e abusos de posição dominante.

Jurisprudência

Acórdão *Club Lombard* – TJCE mantém decisão condenatória

No passado dia 24 de Setembro, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (“TJCE”) proferiu acórdão no âmbito dos processos apensos C-125/07P, C-133/07P, C-135/07P e C-137/07P que confirmou integralmente a decisão do Tribunal de Primeira Instância (“TPI”) que havia negado provimento aos recursos apresentados da decisão da Comissão Europeia que condenara as empresas *Erste Group AG*, *Raiffeisen Zentralbank Österreich AG*, *Bank Austria Creditanstalt AG* e *Österreichische Volksbanken AG* (“Recorrentes”) no pagamento de coimas de €37,69 milhões, €30,38 milhões, €30,38 milhões e €7,59 milhões, respectivamente.

Segundo a decisão da Comissão, oito bancos (incluindo as Recorrentes) haviam infringido o artigo 81.º n.º 1 CE ao participarem em acordos e práticas concertadas sobre preços, comissões e outros parâmetros concorrenciais (consubstanciadas em reuniões de comités especializados) no período entre Janeiro de 1995 e Junho de 1998 com o objectivo de restringir a concorrência no mercado dos produtos e serviços bancários na Áustria.

No referido acórdão o TJCE reafirmou que a circunstância de se tratar de um acordo horizontal de fixação de preços num sector fundamental cobrindo uma ampla gama de produtos e envolvendo a grande maioria dos operadores económicos do mercado seria suficiente para qualificar esse comportamento como uma “infracção muito grave”, independentemente do seu impacto concreto no mercado e da dimensão geográfica deste. Por essas mesmas razões, o Tribunal confirmou que o comércio intracomunitário poderia ser afectado por esse acordo, na medida em que contribuía para manter as barreiras de acesso a esse mercado. O TJCE concordou ainda com o entendimento do TPI segundo o qual, existindo diversos exemplos de execução do acordo, o facto de, em determinados casos, o acordo não ter sido respeitado ou de existir uma concorrência entre as empresas em causa relativamente a certos produtos não afastaria a punição pela participação no acordo.

Quanto à medida da coima, o TJCE entendeu que o TPI não cometera nenhum erro de direito ao atender ao poder económico efectivo das recorrentes, incluindo os bancos dos sectores descentralizados por elas representados para, dessa forma, determinar a sua real capacidade de prejudicar a concorrência. Por outro lado, segundo o TJCE, a participação de determinadas autoridades públicas nas reuniões dos comités não constituía uma circunstância atenuante que justificasse a redução da coima. Finalmente, o TJCE entendeu também que o TPI não cometera qualquer erro de apreciação ao sustentar que a Comissão podia exigir que os elementos avançados pelas empresas constituíssem um “valor acrescentado” face às informações de que já dispunha para diminuir o montante da coima.